

## **REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DA OIDA**

**Data: 29/01/2026 (10 às 12hs)**

**Local: Prédio da Prefeitura SP – AUDITÓRIO – 7º Andar**

**Grupo: Comitê Executivo OIDA**

### **Pauta:**

10h00 – 10h30 (30 minutos)	1. Abertura com o Coronel Washington Pestana com atualizações sobre Operações da OIDA;
10h30 - 11h00 (30 minutos)	2. PAUTA 1: - “Áreas atendíveis para regularização pela SABESP” com a Secretaria Maria Teresa Fedeli da SEPM;
11h00 – 11h30 (30 minutos)	3. PAUTA 2: – “Pontos de invasões e providencias decorrentes para área da Subprefeitura de M’Boi Mirim” com a Doutora Flávia Aparecida da Silva Santos – Subprefeita de M’Boi Mirim”;
11h30 - 12h00 (30 minutos)	6. Espaço para perguntas e sugestões de pautas

### **CONVIDADOS:**

#### **SECLIMA – Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas**

- Renato Nalini
- Washington Pestana
- Ealton Douglas Nunes
- Izabel Klug
- Isabel Silveira Camargo
- Fabiana Gonçalves Bastos
- Virgílio de Sant Anna Neto
- Livia Amanda do Carmo

#### **➤ PMAMB – Polícia Militar Ambiental**

- Victor Augusto Ikeuti Aguiar Farias
- Major PM Alexandre
- 1º Sgt PM Papellas

#### **➤ SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras**

- Luciano Santos Araújo – SMSUB
- Antonio Carlos Curatolo - SMSUB
- Joelma Alves Pinheiro – Sub M’Boi Mirim
- Thays Cristina de S. Barreto – Sub M’Boi Mirim
- Valder Ramos Rodrigues – Sub M’Boi Mirim
- Antonio Luciano Mourato – Sub Parelheiros
- Luiz Henrique O Silva – Sub Capela do Socorro
- Madai Matias Mello – Sub Tucuruvi/Santana

- **SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana**
  - Edson Hugo de Andrade Lopes
  - Leonardo M Santos
  
- **SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**
  - João Megale
  - Adriano de Lima
  
- **SEMIL – Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.**
  - Vitor Martins
  - Kaio Vicente da Rocha
  
- **CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia**
  - Rubens Roque de Moraes
  
- **CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis**
  - Clovis Costa de Oliveira
  - Mauro Ferraris
  
- **PGM – Procuradoria Geral do Município**
  - Dr. Mauricio Moraes Tonin
  
- **SEPM – Secretaria Executiva do Programa Mananciais**
  - Maria Teresa Fedeli
  
- **SABESP**
  - Edson Ferreira dos Santos
  - Richard Welsch
  
- **ENEL**
  - João Paulo Augusto
  - Felipe
  
- **EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia**
  - Mauro Rogério Fagundes

## REUNIÃO:

### 1. Satisfação do dever cumprido e apresentação de metas para o ano corrente:

O Coronel Washington iniciou a reunião expressando **satisfação com o cumprimento das metas estabelecidas** para o período anterior. Foram destacado o esforço conjunto e a colaboração entre os diversos órgãos envolvidos nas operações. Especificamente, foi mencionado o sucesso na realização de 30 operações de nível 1, que envolveram ações de menor complexidade e impacto. Além disso, ressaltou-se a atuação da PM Ambiental no âmbito da SECLIMA, com a realização de operações de nível 2, demonstrando a abrangência e a efetividade das ações coordenadas.

Foi informado que a **PGM (Procuradoria Geral do Município)** encaminhou **55 locais para operações**, representando áreas de interesse para a OIDA. Destes 55 locais, após análise e levantamento de informações, **26 foram localizados e confirmados como passíveis de intervenção**. Em seguida, **24 operações foram efetivamente realizadas** nestes locais, demonstrando a capacidade de resposta da OIDA às demandas da PGM. No entanto, duas áreas remanescentes não foram operadas devido a circunstâncias específicas: uma delas foi identificada como não pertencente à APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais), o que a excluiu do escopo de atuação da OIDA; a outra área, apesar de estar dentro da APRM, apresentava uma situação de consolidação com moradores, o que impossibilitou a realização da operação sem causar transtornos sociais significativos.

Foi ressaltado o recebimento de diversos pedidos de intervenção que, embora importantes, não se enquadram no escopo de atuação da OIDA. Estes pedidos, em sua maioria, referem-se à remoção de moradores e barracos em áreas de risco, uma demanda sensível e urgente, mas que compete a outros órgãos especializados. Diante disso, a OIDA se comprometeu a encaminhar estes pedidos à COMDEC (Conselho Municipal de Defesa Civil) e à EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), garantindo que as demandas sejam direcionadas aos órgãos competentes para análise e providências.

A **necessidade de capacitação** contínua dos membros da OIDA foi mencionada como um ponto crucial para aprimorar a eficiência e a qualidade das operações. Nesse sentido, foi manifestada a intenção de promover cursos e treinamentos especializados, abrangendo temas como legislação ambiental, técnicas de fiscalização e uso de novas tecnologias. Em particular, destacou-se o interesse em promover cursos sobre o uso de drones, uma ferramenta que pode aperfeiçoar o trabalho de monitoramento e fiscalização em áreas de difícil acesso.

O Coronel Washington mencionou a existência de um **conflito aparente de normas** que tem gerado dificuldades na atuação da OIDA. Segundo ele, fiscais de postura, amparados por uma interpretação da lei municipal, entendem que a construção de muros é permitida, mesmo em áreas de mananciais. Essa interpretação, no entanto, contraria a legislação ambiental, que exige licenciamento ambiental e alvará de construção para qualquer intervenção em áreas de mananciais. Para resolver essa questão, foi mencionada uma reunião com o Conselho do Ministério Público, buscando apoio para uniformizar o entendimento da legislação e obter uma visão criminal do infrator, a fim de coibir as construções irregulares.

Foi informado que as **áreas prioritárias** para atuação da OIDA serão publicadas em breve, com o objetivo de direcionar os esforços para os locais que demandam maior atenção. A definição destas áreas prioritárias levará em consideração o número de denúncias recebidas e as requisições do Ministério Público, buscando atender às demandas mais urgentes e relevantes. Para facilitar a identificação destas áreas, o antigo "mapa do não" foi retirado e será substituído por um mapa de áreas prioritárias, que fornecerá informações mais claras e atualizadas sobre os locais que demandam maior atenção.

O Coronel Washington mencionou a **pendência do convênio** com a SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), que aguarda a assinatura do prefeito. A formalização deste convênio é considerada fundamental para o bom funcionamento da OIDA, pois ele permitirá trazer todos os parceiros para dentro da estrutura e viabilizará a elaboração de um plano de ação abrangente e eficaz.

Foi mencionado o **plano de ação para 2026**, elaborado em conjunto com o coronel Douglas, visando o planejamento estratégico das ações da OIDA em longo prazo. Este plano será enviado aos membros do grupo executivo para que apresentem suas sugestões e observações, garantindo que o plano reflita as necessidades e prioridades de todos os envolvidos.

Sugeri a realização de **reuniões mensais em outros órgãos**, com o objetivo de prestigiar os parceiros que colaboram com a OIDA e conquistar novos colaboradores. A ideia é promover um rodízio entre os órgãos parceiros, realizando as reuniões em suas dependências, a fim de fortalecer os laços e incentivar a participação de novos membros.

Foi decidido que a OIDA encaminhará um **documento de agradecimento** à chefia dos parceiros que apoiam a OIDA, como SEMIL, CREA, Enel, Sabesp e PMAmb. Este gesto de reconhecimento visa demonstrar a gratidão da OIDA pelo apoio e colaboração dos parceiros, que são fundamentais para o sucesso das operações.

## 2. Elogio aos membros da GCM Ambiental pelo apoio nas operações:

O Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, José Renato Nalini, encaminhou um **elogio ao Comandante da Guarda, Chabaribery, e ao Inspetor de Divisão Edson Hugo de Andrade Lopes**. O elogio é em virtude da liderança conquistada pelo conhecimento profissional, pela experiência, pelo trato com seus subordinados e parceiros, pela visão de futuro, proatividade e conhecimento detalhado da região e dos infratores.

O Secretário Nalini, encaminhou um **elogio ao Classe Distinta Leonardo Moreira dos Santos**, em virtude de sua participação efetiva no planejamento, através do levantamento anterior e com eficácia e legalidade de todos os eventos, na busca pela correção e responsabilização dos infratores. Profissional, voluntário e detentor de um grande conhecimento na área ambiental. Ademais, pela sua camaradagem e polidez, é muito admirado por todos, sejam do Estado ou do Município.

O Secretário complementou, agradecendo à PM Ambiental e à GCM Ambiental, representados por Hugo e Leonardo, pelo pronto atendimento às denúncias. Foi ressaltada a dificuldade em desfazer construções irregulares, devido à necessidade de embargo, multa, direito ao contraditório e localização dos proprietários.

Foi mencionado o caso de uma portaria irregular em Jaceguava, protegida por uma liminar, o que impede o desfazimento do muro. Foi relatada a situação de crianças vivendo em condições insalubres em um barraco, com plantação de maconha, e a necessidade de encontrar uma solução para as crianças.

O Secretário finalizou o tema, agradecendo a todos que participam efetivamente das operações, destacando que a colaboração ocorre por meio de parceria e vontade de ajudar, e não por subordinação.

## 3. Apresentação sobre áreas atendíveis para regularização pela Sabesp:

A Secretária Maria Teresa Fedeli, iniciou sua apresentação agradecendo ao Secretário presente e parabenizando a GCM Ambiental pelo pronto e eficaz atendimento às denúncias recebidas. Em seguida, apresentou um material detalhado sobre as áreas que a Sabesp considera atendíveis para fins de regularização.

A Secretária expôs um **conflito** fundamental que permeia as ações da Sabesp: a Lei de Regularização (Lei 17.734) que estabelece restrições à permanência de moradores nas áreas de mananciais Billings e Guarapiranga. A Secretária destacou a dificuldade de aplicar essa lei

diante da realidade de famílias já estabelecidas nessas áreas, incluindo crianças e idosos, cuja remoção apresenta desafios sociais e humanitários complexos.

A Secretária explicou que a Sabesp adota uma metodologia de trabalho baseada em microbacias hidrográficas. Essa abordagem visa cuidar do ciclo da água, desde a sua captação até a sua destinação final, buscando resolver os problemas relacionados ao saneamento básico e à gestão de resíduos sólidos. A Sabesp utiliza o cadastro de 2025 como referência para contabilizar e identificar as famílias que residem nas áreas de mananciais, servindo como base para o planejamento das ações.

A Secretária enfatizou a importância das vistorias presenciais nos locais. Essas visitas são cruciais para verificar *in loco* a situação real das áreas, confirmar a veracidade das informações cadastrais e identificar as necessidades específicas de cada comunidade. A Secretaria mencionou a existência de um mapa detalhado da Subprefeitura de M'Boi Mirim, que é utilizado para analisar o território, identificar os afluentes e as contribuições diretas para os mananciais.

A Secretária informou que um dos principais problemas identificados durante as vistorias é a **ligação irregular de esgoto na rede de drenagem pluvial**. Essa prática, além de ser ilegal, agrava significativamente os problemas de alagamento e representa um sério risco para a saúde pública, contaminando as águas e o solo. A Secretária introduziu o conceito de "soleira negativa" para descrever as situações em que o esgoto é lançado diretamente em canais de drenagem a céu aberto, sem qualquer tratamento prévio.

A Secretária apresentou fichas detalhadas com informações relevantes sobre cada área em análise. Essas fichas continham fotos, dados cadastrais e outras informações importantes que auxiliam na tomada de decisão sobre a viabilidade de ligar ou não o esgoto à rede coletora. A Secretária destacou que algumas áreas possuem construções anteriores a 2016, o que lhes confere o direito de serem consideradas para fins de regularização, conforme a legislação vigente, classificando-as como "público de permanência".

A Secretária explicou que as vistorias são realizadas em conjunto por equipes da Sabesp e da subprefeitura local. Durante as visitas, são abertos os poços de visita da rede de drenagem para verificar a situação das tubulações e identificar possíveis problemas. A Secretaria mencionou alguns dos principais desafios encontrados durante as vistorias, como ruas sem pavimentação, ausência de rede de coleta de esgoto, novas construções realizadas após 2016 e casas localizadas abaixo da cota de inundação.

A Secretaria informou que a Sabesp tem a responsabilidade de visitar e avaliar 1.037 microbacias em todas as subprefeituras da cidade. Ela comunicou que as 28 áreas que estavam pendentes de análise foram finalizadas e serão devolvidas ao Comitê de Segurança Hídrica para a sua avaliação final.

A Secretária explicou que os próximos passos incluem a classificação das microbacias de acordo com critérios técnicos e a sistematização das informações em fichas finais. Ela destacou o aprendizado obtido com a leitura do diagnóstico, que abrange diversos aspectos, como a infraestrutura existente, o reconhecimento do território e os índices de vulnerabilidade social e de risco das comunidades.

A Secretária apresentou um extrato das áreas liberadas por subprefeitura, discriminando aquelas que foram liberadas com condicionantes, as que tiveram o perímetro alterado, as que aguardam vistoria e as que aguardam a definição de um novo perímetro pela Sabesp. A Secretária mencionou a Zona Especial de Interesse Social 4 (ZEIS 4) como uma área destinada à construção de conjuntos habitacionais de interesse social, com o objetivo de receber a população que atualmente reside em áreas vulneráveis das bacias Billings e Guarapiranga.

A Secretária informou que o Prefeito solicitou atenção especial para as áreas reconhecidas como ZEIS no Plano Diretor, enfatizando que as condições mínimas de infraestrutura e saneamento devem ser garantidas para salvaguardar as famílias e proteger as represas. A Secretária ressaltou que uma das condicionantes para a liberação de áreas como ZEIS é a

consulta à secretaria responsável, que faz parte do Comitê de Segurança Hídrica. A Secretária mencionou a importância do zoneamento estadual e da justificativa para a ocupação das áreas.

A Secretária destacou a parceria com Luciana Feldman na implementação de projetos de plantio de espécies nativas, criação de bosques e recuperação de áreas de Mata Atlântica, visando a proteção e a revitalização dos mananciais.

A Secretária abriu a discussão sobre as áreas que não estão classificadas como ZEIS no mapeamento, mas sim como ZEPAM (Zona de Proteção Ambiental). Ela também levantou a questão das áreas com problemas antigos de ocupação. Ela sugeriu a realização de uma reunião menor, com a participação de técnicos da Sabesp, da subprefeitura e de outros órgãos competentes, para avaliar individualmente cada área, considerando o tempo de ocupação, o grau de consolidação e a possibilidade de permanência dentro de critérios específicos, observando os zoneamentos e as áreas de risco.

A Secretária mencionou o exemplo do Boulevard da Paz, onde a Sabesp está construindo unidades habitacionais na cota do córrego e coletando o esgoto no pé do morro. Ela criticou a Sabesp por considerar que o provisório não pode ser precário, dando o exemplo do Jardim São Norberto, onde a tubulação foi feita no fundo das casas, no córrego, e não estava cumprindo o papel do provisório.

A Secretária elogiou o promotor Pimentel pelo tratamento dado ao caso da Ilha do Bororé, onde a Sabesp planeja implementar o sistema tradicional de esgoto, que terá que passar pelo Rodoanel. Ela mencionou a importância de enxergar as oportunidades para encontrar boas soluções e de enfrentar os problemas com calma e tranquilidade.

A Secretária levantou a questão das ocupações ocorridas após 2016 e questionou o que será feito com essas áreas e seus moradores. Ela informou que a equipe dos mananciais está preparando um edital para uma nova licitação e que não é possível incluir uma área polêmica no termo de referência. Ela mencionou a importância de discutir as ocupações depois de 2016, a questão do provisório com precário e a questão das novas tecnologias, pensando nas soluções baseadas na natureza.

A Secretária mencionou a importância de cuidar das bacias Billings, Guarapiranga e Cantareira, e de preservar a linha de córregos da região norte, para cima de Perus a Tremembé. Ela levantou a questão de que as soluções baseadas na natureza podem ser mais caras, mas trazem uma lógica urbana e ambiental melhor para quem vive numa cidade.

A Secretária informou que a prefeitura foi premiada e selecionada pelo Grupo C40 e pelo Grupo de CFF por ter apresentado dois projetos do Manancial. Ela mencionou o trabalho socioambiental com os moradores no Jardim Castelo, onde um grupo de moradores vai cuidar de um parque com soluções baseadas na natureza.

A Secretária finalizou sua apresentação, agradecendo a oportunidade de compartilhar as informações e destacando a importância de pensar de forma mais abrangente sobre o que significa cuidar do planeta. Ao final da apresentação, foi entregue à Secretária um certificado de agradecimento pela palestra.

#### **4. Abertura para comentários sobre a apresentação:**

O Secretário Nalini parabenizou a exposição da Secretária Maria Tereza, destacando a complexidade do problema. Ele ressaltou que, como não é possível atacar todas as áreas simultaneamente, é preciso fazer uma **escala de prioridades**, considerando o risco de vida das pessoas e a possibilidade de atuação da Sabesp. A priorização se faz necessária devido à limitação de recursos e à urgência de algumas situações.

O secretário mencionou que a questão do despejo de esgoto na represa está contaminando a água e pondo em risco a saúde de milhões de pessoas, e que é preciso enfrentar esse tema com coragem. Ele elogiou o trabalho da OIDA e de todos os parceiros, mas ressaltou que a ocupação continua. O secretário enfatizou a gravidade da contaminação da água e a necessidade de medidas urgentes e eficazes.

O secretário informou que as últimas ocorrências atendidas pela OIDA vieram por denúncia do prefeito, e que a orientação é tentar resolver as questões, mesmo que não se enquadrem nas atribuições da OIDA. Ele mencionou uma reunião produtiva com o Ministério Público, que colocou toda a estrutura à disposição para ajudar na resolução dos problemas. A colaboração do Ministério Público é vista como um importante reforço para as ações da OIDA.

O Secretário destacou a importância de aproveitar a privatização da Sabesp e o compromisso da empresa de universalizar o saneamento básico até 2029, priorizando a região dos mananciais. Ele defendeu que os direitos fundamentais têm uma hierarquia, e que o direito à moradia não pode se sobrepor aos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança. O secretário buscou justificar a priorização de ações em áreas de risco, argumentando que o direito à vida deve prevalecer sobre o direito à moradia em áreas de mananciais.

O Secretário argumentou que os milhares de pessoas que invocam o direito à moradia não podem colocar em risco a vida de milhões de paulistanos, e que essas pessoas precisam morar, mas não nas áreas de mananciais. Ele defendeu a necessidade de identificar as áreas e de fazer uma escala de prioridades, mostrando para a Sabesp o que é mais fácil de resolver e o que precisa ser feito. A identificação das áreas e a criação de uma escala de prioridades são consideradas cruciais para direcionar as ações da Sabesp de forma eficaz.

O Secretário mencionou que tanto para a Sabesp quanto para a Enel, interessa ter uma ligação, pois isso significa arrecadação. Ele também mencionou que há testemunhos de que a Sabesp cobra o esgoto sem ter a ligação, e que isso precisa ser corrigido. O secretário apontou para a necessidade de corrigir irregularidades na cobrança de serviços, garantindo que a população pague apenas pelo que efetivamente utiliza.

O Secretário agradeceu à Secretária Maria Tereza e destacou que a abertura de atender qualquer chamado, principalmente quando vem do prefeito, é essencial e reconhece o trabalho da OIDA. Ele argumentou que, embora possa parecer cruel tirar um casal de um barraco, a OIDA está tutelando a saúde e a vida de milhões de pessoas. O secretário justificou as ações da OIDA, mesmo as que possam parecer impopulares, como medidas necessárias para proteger a saúde da população.

A Secretária Maria Teresa complementou, informando que está sendo elaborado um Plano Municipal dos Mananciais para priorizar a permanência, a proteção hídrica e a questão ambiental, e que isso será feito com critérios, sem escolher áreas por afinidade ou por influência política. A Secretária Maria Tereza garantiu que o plano será elaborado de forma técnica e imparcial, priorizando a proteção dos mananciais e o bem-estar da população.

O Secretário mencionou que a intenção é fazer a OIDA crescer, com a colaboração de todos os parceiros, aproveitando todos os cérebros das secretarias e de fora delas. Ele mencionou o Instituto de Estudos Avançados, o Instituto de Engenharia, o Instituto de Arquitetos do Brasil, uma parcela mínima do Secovi e a FIESP como parceiros potenciais. A ampliação da OIDA e a busca por parcerias são vistas como formas de fortalecer a capacidade de atuação e de encontrar soluções inovadoras para os problemas.

O Secretário alertou que a cidade de São Paulo está correndo o risco de ficar sem água potável, e que é preciso envolver a comunidade nessa discussão. Ele propôs a realização de reuniões mais técnicas em grupos menores, e destacou que a reunião de hoje era para fazer todo mundo ter consciência de que está começando uma nova etapa. O secretário enfatizou a urgência da situação e a necessidade de envolver a comunidade na busca por soluções, ressaltando a importância da conscientização e da colaboração de todos.

A Engenheira Isabel da SECLIMA informou que está em contato constante com a SEPLAN (Secretaria de Planejamento) e com a URAE (Unidade Regional de Água e Esgoto) para realizar a atualização do "mapa do não", que agora está sendo chamado de Áreas Prioritárias de Proteção. Essa atualização se faz necessária devido a mudanças nas áreas de interesse e na legislação ambiental.

A Isabel destacou a existência de áreas sobrepostas, onde a Sabesp pretende realizar obras de regularização em áreas consideradas prioritárias para proteção ambiental. Uma nova planilha detalhando essas sobreposições já foi enviada tanto para a SEPLAN quanto para a URAE para análise e deliberação.

Diante dessa situação, a Isabel sugeriu que a URAE seja convidada a participar da próxima reunião para apresentar exemplos concretos de soluções provisórias que possam ser implementadas nas áreas sobrepostas. A ideia é que as decisões sobre o que fazer em cada área específica seja tomado de forma conjunta, envolvendo todos os atores relevantes. A representante citou o caso específico do Sete Praias, onde grande parte da área é considerada atendível pela Sabesp para serviços de saneamento. No entanto, existe uma decisão judicial do Ministério Público que determina a remoção das pessoas que residem nessa área, o que demonstra a complexidade da situação.

O Coronel Washington agradeceu à Isabel pela atualização e pela sugestão de convidar a URAE para a próxima reunião. Ele ressaltou a importância do tema que foi tratado recentemente com a Secretária Maria Teresa, destacando a complexidade e a dificuldade da situação nos mananciais, que são áreas de extrema importância para o abastecimento de água da região. O secretário elogiou a Secretária Maria Teresa e sua equipe pelo trabalho que realizam em locais de difícil acesso, demonstrando o compromisso com a preservação ambiental.

O Coronel Washington enfatizou a importância de identificar e cadastrar os moradores de rua, os invasores e os barracos que se encontram nas áreas de mananciais. Essa ação é fundamental para se ter um panorama completo da ocupação dessas áreas e para se buscar soluções adequadas para cada caso. Ele também mencionou o incidente envolvendo tratores da Sabesp que foram apreendidos em um loteamento embargado, levantando a questão da necessidade de verificar se a Sabesp possui as devidas autorizações para realizar instalações nesses locais.

Engenheira Fabiana da SECLIMA levantou uma questão importante, questionando se a autorização para levar esgoto, mesmo que de forma provisória, não estaria contribuindo para caracterizar a área como consolidada, o que poderia dificultar as operações da OIDA no futuro. Essa preocupação demonstra a necessidade de se analisar cuidadosamente os impactos de cada ação, mesmo que seja considerada provisória.

Secretaria Maria Teresa explicou que a maioria das áreas localizadas nos mananciais é de propriedade particular, e que os moradores possuem um direito legal de permanência até o ano de 2016, mesmo que o terreno tenha sido vendido ou abandonado. Ela esclareceu a diferença entre a aprovação legal de um terreno novo e o passivo de regularização fundiária, que envolve a necessidade de regularizar situações já existentes. Ressaltou a importância de se ter um plano de urbanização e ambiental abrangente para resolver a situação de forma definitiva, recuperando o córrego, as margens e o espaço necessário para ele transbordar em caso de cheias. Ela mencionou a necessidade de se elaborar um texto jurídico claro e preciso sobre o caráter provisório das medidas que forem adotadas, para evitar que a Sabesp cobre duas vezes pelo mesmo serviço, garantindo assim a justiça e a transparência nas relações com os moradores.

Coronel Washington relatou o caso de um loteamento clandestino aonde os responsáveis chegaram a desfazer o muro do vizinho. Ao ser questionado, o indivíduo afirmou que estava no local há 40 anos, indagou se ele possuía autorização para construir e licenciamento ambiental, ao que responderam que, se essa fosse a exigência, 80% da área não existiria. O secretário lamentou essa situação, pois esses 80% da área acaba poluindo a represa, comprometendo a qualidade da água. Comentou que a Sabesp o chama de "coronel do esgoto", devido à sua constante atenção aos problemas de saneamento. Ele relatou o caso de um loteamento na Cumbica, onde o esgoto era direcionado diretamente para a portaria e, de lá, era lançado em um bueiro localizado a apenas 50 metros da represa, sem receber nenhum tipo de tratamento.

## 5. Pontos relevantes do M'Boi Mirim:

A apresentação dos pontos relevantes do M'Boi Mirim, que originalmente estava agendada para esta reunião, foi transferida para outra data a ser definida. A representante do M'Boi Mirim, Joelma, durante sua participação, expressou a convicção de que a apresentação, quando realizada, trará discussões convergentes e construtivas sobre a atuação da OIDA especificamente na região do M'Boi Mirim. Ela enfatizou a importância de uma comunicação mais fluida e eficiente entre as diversas secretarias envolvidas nas ações da OIDA. Para ilustrar a necessidade dessa melhoria na comunicação, ela citou o caso da área da Bonifácio Pasquale. Segundo as informações mais recentes que a representante possuía, a área não estava autorizada para regularização. No entanto, ela soube que a situação havia mudado, e a área agora estava liberada, embora com condicionantes. Essa mudança de status, segundo ela, demonstra a necessidade de um fluxo de informações mais rápido e preciso entre as secretarias para evitar ruídos e informações desatualizadas. A Joelma também expressou a necessidade de ter acesso às informações referentes às 56 áreas que foram divididas entre o Ministério Público e o SECLIMA. Ela mencionou que esse acesso seria crucial para que sua equipe pudesse identificar quais dessas áreas estão localizadas dentro do perímetro do M'Boi Mirim, permitindo um planejamento e atuação mais eficazes da OIDA na região. Adicionalmente, solicitou instrução e treinamento específicos sobre a legislação pertinente para sua equipe. Ela explicou que essa instrução seria fundamental para orientar melhor o trabalho dos profissionais que realizam os desfazimentos na região, garantindo que as ações sejam conduzidas dentro da legalidade e com o devido respeito aos direitos dos moradores. Ela relatou que, durante as ações da OIDA que envolvem funcionários públicos, muitos moradores têm procurado informações sobre o que podem fazer para regularizar suas situações. Ela destacou que, em muitos casos, os moradores não conseguem mais contato com os loteadores originais, mas sabe quem são, pois ainda estão efetuando pagamentos para essas pessoas. Diante dessa realidade, ela enfatizou a importância de analisar a possibilidade de regularizar as áreas ocupadas, buscando soluções que beneficiem tanto os moradores quanto o poder público. Além disso, ela mencionou a urgência de melhorar a situação do esgoto a céu aberto, um problema que afeta diretamente a qualidade de vida e a saúde da população. A representante também levantou a questão do que será feito com as áreas que foram ocupadas após 2016, um tema que, segundo ela, precisa ser amplamente discutido para evitar novas ocupações irregulares e garantir o cumprimento da legislação.

O Coronel Washington propôs convidar o delegado titular do DPPC (Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania) para participar das próximas reuniões. Ele justificou a sugestão mencionando que é comum, durante as apreensões de máquinas utilizadas em crimes ambientais, o fiel depositário ser o próprio criminoso, o que dificulta a fiscalização e a responsabilização dos infratores. Para ilustrar a importância da participação do DPPC, relatou um caso ocorrido durante o Réveillon, onde ele teve dificuldades em encontrar alguém do departamento para registrar um flagrante de crime ambiental. Essa experiência, segundo ele, demonstra a necessidade de uma maior articulação entre a OIDA e a Polícia Civil para garantir a efetividade das ações de combate aos crimes ambientais.

O Secretário Nalini ressaltou que o "**índice de amizade**" entre os parceiros é um fator crucial para o bom funcionamento da OIDA.

Por fim, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

APRESENTAÇÃO “VISTORIAS NAS ÁREAS DE MANANCIAS” POR MARIA TERESA:

**Vistorias nas Áreas de Mananciais**  
Atualizações

Secretaria Municipal de Habitação / Secretaria Executiva do Programa Mananciais  
29.01.2026

**Base Nova (Metodologia Revisada)**

Nova diretriz: mapear a microbacia como um todo

- Inclui: assentamentos informais + áreas regulares;
- Ligações de esgoto disponibilizadas pela SABESP – 2025;
- Indicação de moradores, associações e demais vindas da comunidade.

**Benefícios:** diagnóstico mais completo e preciso

**Base Nova – Reestruturação**


1. Bacia Hidrográfica: como unidade de planejamento



**Base Nova – Reestruturação**

2. Divisão das microbacias de contribuição para o córrego principal

Micro Bacia Córrego Embu-Mirim



**Base Nova – Reestruturação**

3. Análise do território como um todo

Micro Bacia AFL – 03



**Base Nova – Reestruturação**

3. Análise do território como um todo

Micro Bacia AFL-03




**Aplicação**

AFL – 01



**Aplicação**

AFL – 01



**Aplicação**

AFL – 01

**Problemas Encontrados:**

1. Possível ligação de esgoto na drenagem;
2. Soleira negativa



**Ficha**


SEDE: 30208 - AFL 01  
Bacia: 01 - Embu - 1.0 km²

1. Informações Gerais  
 Bacia de Contribuição de Água  
 Bacia de Drenagem Urbana  
 Drenagem Pluvial  
 Permeabilidade (Sim, não, não sabe)

2. Características Gerais  
 Área de Proteção Ambiental  
 Área de Preservação Ambiental  
 Área de Interesse Cultural  
 Área de Interesse Social  
 Área de Interesse Especial

3. Características de Uso  
 Área de Proteção Ambiental  
 Área de Preservação Ambiental  
 Área de Interesse Cultural  
 Área de Interesse Social  
 Área de Interesse Especial

**Registros**



**Registros**



**Registros**



**Aplicação**

AFL – 03



**Aplicação**

AFL – 03



**Aplicação**

AFL – 03

**Problemas Encontrados:**

1. Rua sem pavimentação, e sem rede de coleta;
2. Novas construções (anos 2016). Água e Energia etc.



**Aplicação**

AFL – 03

**Problemas Encontrados:**

3. Ligações de esgoto mapeadas, porém muitas casas abaixo da cota da rua. São coletadas?



**Registros**



